



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Ênfase na Questão Agrária

REFLEXÕES ACERCA DOS SENTIDOS DA UNIVERSALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DO, NO E PARA A JUVENTUDE DO CAMPO

MAIARA BATISTA ¹

RESUMO

O presente trabalho objetiva refletir acerca dos sentidos do acesso às políticas sociais do, no e para a juventude do campo para o fortalecimento do protagonismo juvenil e superação da condição de dependência. Para tanto, ele foi dividido em duas partes principais, sendo que na primeira sessão serão trabalhadas categorias relacionadas à particularidade do desenvolvimento capitalista no Brasil para que, na segunda parte, possa ser relacionando à desigualdade de acesso às políticas sociais nos territórios, os impactos para a juventude do campo e as possibilidades do trabalho da Assistente Social para o fortalecimento político juvenil.

Palavras-chave: Luta de classes no campo; Formação social brasileira; Políticas sociais; Juventude do campo; Serviço Social;

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre los significados del acceso a las políticas sociales de, en y para la juventud del campo para fortalecer el liderazgo juvenil y superar la condición de dependencia. Por lo tanto, se dividió en dos partes principales, de modo que en la primera sesión se trabajarán categorías relacionadas con la particularidad del desarrollo capitalista en Brasil para que, en la segunda parte, se pueda relacionar con la desigualdad de acceso a las políticas sociales en Brasil en los territorios, los impactos para la juventud del campo y

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade De Brasília

las posibilidades del Trabajo Social para el fortalecimiento político juvenil.

Palabras claves: Lucha de clases en el campo; Formación social brasileña; Política social; Juventud del campo; Trabajo social;

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva refletir acerca dos sentidos do acesso às políticas sociais para juventude do campo. Desta forma, a discussão iniciará relacionando características do novo ordenamento capitalista da agricultura a partir da consolidação do agronegócio ao sentido da colonização brasileira, de acordo com o pensamento de Prado Júnior (2012) e das reflexões de Marini (1990) acerca do caráter de subalternidade das economias dependentes aos países centrais.

Feito isso, será problematizado a categoria juventude do campo e a importância da garantia de políticas sociais universais direcionadas às demandas deste público para a reprodução do campo enquanto território de vida, efetivação da cidadania ampliada, nos termos de Coutinho (1999), e como mecanismo de resistência ao projeto de disputa por corações e mentes juvenis protagonizadas pelo agronegócio.

Por fim, destacaremos a importância do fortalecimento dos sujeitos coletivos da classe trabalhadora, em destaque para aqueles protagonizados pela juventude, na disputa pela hegemonia do projeto dos/as camponeses para o campo e a contribuição deste/as no processo de ruptura da condição de dependência aos países imperialistas e elaboração de um projeto de país soberano. Por fim, será apontando algumas possibilidades de contribuição do assistente social neste processo de garantia de direitos dos/as jovens do campo e resistência camponesa ao projeto do agronegócio.

1. FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA BRASILEIRA E O AGRONEGÓCIO

A essência do modo de produção capitalista constitui-se no aumento das taxas de lucro, independentemente dos mecanismos necessários para o cumprimento de tal. No que se refere ao campo, Stédile (2013) aponta que a nova configuração financeira do capital impactou diretamente na organização da produção agrícola, assim como na vida daqueles que vivem ou estabelecem relações cotidianas com o campo brasileiro, uma vez que existe a tendência ao investimento do capital na agricultura dos países periféricos a partir da perspectiva de rentabilidade, valorização e estabilidade dos capitais voláteis.

Neste movimento, empresas originárias dos países centrais investem seus capitais em ativos fixos como terra, minérios, matérias-primas e água em territórios com elevada biodiversidade, caracterizando uma participação especulativa nas ações de mercadorias agrícolas que representa um dos determinantes desencadeadores da elevação dos preços médios dos produtos agrícolas em nível internacional (STEDILE, 2013, p. 23).

O autor aponta ainda que a dolarização da economia, os acordos mundiais e a ação governamental são fatores que fomentam a financeirização da agricultura. O primeiro fator e suas conseqüentes taxas de câmbio favoráveis, facilita o investimento de empresas transnacionais na agricultura. As regras de livre comércio, ditadas por organismos internacionais, como Organização Mundial Do Comércio (OMC), Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), e as normatizações decorrentes de acordos bilaterais estabelecem o formato da produção e comercialização de produtos agrícolas a partir dos interesses das grandes empresas envolvidas, estabelecendo o controle do mercado nacional de produtos. Por último, a ação governamental de apoio às políticas liberalizantes favorece o desenvolvimento do capital internacional em detrimento às políticas de proteção do mercado agrícola nacional e da agricultura familiar camponesa

Assim, tem-se as condições objetivas ideais para a expansão do agronegócio como matriz produtiva (e destrutiva), baseada em uma agricultura marcada pela industrialização e a padronização produtiva que fomenta a dependência do

desenvolvimento agrícola em insumos industriais, créditos bancários e esvaziamento do campo enquanto local de reprodução da vida. Nesta perspectiva, o agronegócio surge como modelo para manutenção da produção e comercialização interna associada às demandas e interesses externos dos países centrais.

Esta configuração, no entanto, não é inovadora se consideramos a formação social e econômica da América Latina e, especificamente, do Brasil. Autores como Novais (1979), Prado Júnior (2011) e Marini (1990) apresentam em seus estudos a particularidade de o desenvolvimento do país estar associada às demandas externas, o que para Marini (1990) propulsiona a denominação do Brasil como um país de economia dependente.

Para Novais (1979), as colônias deveriam primar pelo desenvolvimento econômico das metrópoles, a partir da preferência pelo estabelecimento de relações comerciais com a mesma, numa condição em que as colônias se tornavam retaguardas econômicas dos países metrópoles.

Da mesma forma, Prado Júnior (2011) reafirma a posição de submissão do Brasil colônia aos interesses externos, afirmando que:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e, em seguida, café para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção e considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e as economias brasileiras" (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 31).

Nesse sentido, o autor desenvolve o argumento acerca da importância de apreender o sentido, a intencionalidade, a orientação inerente aos fatos e acontecimentos ocorridos na história para compreender a essência do desenvolvimento de um povo. Assim,

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo "sentido". Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 19)

No caso brasileiro, o sentido da colonização estaria vinculado, conforme Prado Júnior (2011), ao atendimento das demandas e necessidades externas sem a preocupação efetiva em elaborar estratégias internas que favorecessem internamente.

Neste intuito de desvendar os sentidos da condição de subalternidade do território latinoamericano aos países centrais que Marini (1990) contribui com o debate acerca da dependência. Ele contribui com o desenvolvimento do pensamento social latino-americano a partir da tese de que as condições para o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais ocorrem a partir da superexploração nas economias dependentes.

Marini (1990) destaca que a integração subalterna ao mercado mundial se inicia durante o período colonial com a exportação de metais preciosos ao longo dos séculos XVI, XVII e, sobretudo, XVIII quando há o advento da produção manufatureira inglesa. Entretanto, a condição de dependência dos países latino-americanos possui bases para sua existência apenas com a permanência da dependência econômica apesar da formalização legal dos processos de independência política nos mesmos.

Nas palavras do autor, a citada dependência trata-se de “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 1990, p. 4).

Nesse sentido, apesar da independência política, não houve nos territórios dependentes uma independência econômica que implicasse em uma redefinição da produção interna. Assim, após a independência política, os países latinoamericanos continuaram a contribuir significativamente com os países centrais através do fornecimento de produtos agrícolas e matérias-primas, permitindo que eles pudessem especializar-se na produção industrial, propulsando investimentos no incremento tecnológico, aumento da produtividade e da extração da taxa de mais-valia, fetichizada como sob a denominação de lucro.

Isso porque, como bem explicita Marini (1990) ao retomar as categorias marxistas de mais-valia relativa, a situação descrita de favorecimento à acumulação

capitalista efetiva-se quando há um avanço do trabalho excedente (mais-valia) sob o trabalho necessário (salários). Ou seja, a oferta de alimentos pelos países dependentes possibilitou um barateamento dos bens-salários, representando uma diminuição do valor real da força de trabalho, favorecendo uma intensificação da exploração dos trabalhadores através da mais-valia relativa.

Ocorre que essa relação dos países dependentes com os países de capitalismo central é realizada a partir de trocas desiguais em que a origem primária dos produtos exportados da América Latina é desvalorizada pelo outro lado da transação, sendo que os primeiros são constrangidos a ceder gratuitamente parte do valor produzido aos países de capitalismo central. Para Marini (1990), o segredo da consolidação desta relação desigual está na compensação realizada internamente no processo produtivo dos países dependentes mediante o uso da superexploração do trabalho.

A superexploração do trabalho representa uma compensação no mercado interno da troca desigual realizada com os países de capitalismo central. Este mecanismo do capital é obtido a partir de três formas principais (podendo também ser concomitantes): a primeira mediante a aumento da intensidade do trabalho nos moldes da intensificação do trabalho em detrimento do investimento em produtividade, outra seria referente à elevação da taxa de mais-valia absoluta em seu sentido clássico através prolongamento da jornada de trabalho, e a terceira seria decorrente da redução do consumo necessário do operário, logo, rebaixamento dos salários.

Isso porque, diferentemente do que ocorre nas economias industriais em que o aumento da força de trabalho implica em crescimento dos gastos com capital constante, como matéria-prima, nas atividades determinadas como prioritárias aos países dependentes, direcionadas ao extrativismo e agricultura, a intensificação do uso da força de trabalho garante retornos de acumulação consideráveis a partir de poucos investimentos na composição orgânica do capital.

Nesse sentido, contraditoriamente, enquanto a acumulação do capital nos países centrais dá-se mediante ao aumento da mais-valia relativa, nos países de economia dependente esta ocorre através do acentuamento do uso de mecanismos

que contribuem com a mais-valia absoluta, o que significa uma superexploração da força de trabalho.

Com o uso das categorias marxistas e desenvolvendo seus argumentos a partir do debate da circulação e produção, Marini (1990) permite-nos compreender que o desenvolvimento dos países de capitalismo central é possibilitado mediante a superexploração dos trabalhadores latinoamericanos e o desenvolvimento do capitalismo segue as determinações externas.

Esses argumentos reiteram o sentido, a intencionalidade dos países centrais em manter sob o seu domínio os demais países, mantendo o desenvolvimento capitalista dos países da periferia funcionais a expansão da acumulação dos países centrais.

Nesse sentido, apesar de alguns autores caracterizarem os países de economias dependentes como países não desenvolvidos ou de desenvolvimento incompleto, é de suma importância reiterar os sentidos da permanência dessa condição econômica, social e cultural consideradas inferiores aos dos países centrais como funcional ao atendimento dos interesses desses.

Essa condição de dependência impacta diretamente o cotidiano das classes que vivem do trabalho, seja pela superexploração, seja pelas políticas sociais focalizadas, aumento dos preços de itens básicos para reprodução da força de trabalho, desemprego, miserabilidade e as demais expressões da questão social.

No que se refere aos impactos dessa questão social no campo, existe a intencionalidade do capital pelo esvaziamento do território camponês e submissão àqueles que permanecem no campo à lógica do agronegócio, projeto das classes dominantes direcionadas ao campo.

2. JUVENTUDE DO CAMPO, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL

A questão social não pode ser minimizada em desigualdade e opressão, uma vez que também é rebeldia. Na defesa pela permanência da vida no campo, há mulheres, homens, crianças, idosos e jovens dispostos a resistirem e reivindicarem

outro projeto de campo integrado a outros interesses.

Muito especificamente a juventude do campo também integra o cenário da luta de classes. No entanto, para compreender o papel histórico e os desafios da juventude do campo, é essencial refletirmos acerca das particularidades de sua condição juvenil.

Almeida et al (2007) colocam que o ato de se identificar enquanto jovens e rurais, desencadeia um duplo enquadramento dessa juventude. Por um lado, são relacionados/as às imagens pejorativas do mundo rural, decorrentes da desvalorização do rural no espaço urbano, sendo identificados como “peões”, “roceiros/as”, “aqueles/as que moram mal”. Por outro lado, podem ser deslegitimados/as pelos pais alegando serem demasiadamente urbanos e indecisos/as. Assim, o/a jovem do campo é inserido/a socialmente em uma posição hierárquica de subalternidade, seja nas relações familiares, seja nas relações com o restante da sociedade, o que é agudizado pelos desafios da produção e reprodução social inerentes à pequena produção familiar.

No interior do debate acerca da conceituação da categoria juventude, um dos poucos consensos existentes refere-se à complexidade deste termo. Esta é uma problemática vivenciada também pelos movimentos sociais que ao não saberem definir o sentido da juventude, naturalizam discursos que tratam esta categoria como sinônimo de rebeldia, ousadia e dedicação abnegada que propulsionam o cumprimento de qualquer tarefa.

Nesse sentido, Menegozzo (2012) considera equivocado a redução da juventude em um “estado de espírito ou uma atitude diante do mundo; a faixas etárias estanques ou a um comportamento, supostamente natural, de rebeldia e identificação com as causas populares” (MENEGOZZO, 2012, s/p).

Por esta razão, optamos em trabalhar a categoria de juventude a partir da noção de totalidade, conforme Menegozzo (2012), considerando os/as jovens nem como revolucionários, nem como reacionários, mas como categoria que reflete e vivencia em um determinado modo de produção com existência concreta específica.

A busca pelo encontro de um local e papel na sociedade propulsiona a aglutinação de jovens, conformando movimentos de dimensão coletiva que

possibilitam a experimentação, a vivência, o compartilhamento de experiências e até mesmo em normas de conduta, nem sempre progressistas.

Desta forma, caracterizamos a juventude a partir dos espaços de vivência dela, do território em que vivem e dos equipamentos sociais que têm acesso: escola, praça, universidade, teatro, cinema, centros de saúde, igrejas, transporte público, entre outros. Em uma sociedade marcada pela mercantilização da vida social em todas suas dimensões e na consolidação de uma indústria de consumo destinada aos jovens tem-se um impacto direto na possibilidade da vivência juvenil plena e de seu importante compartilhamento de experiências.

Naqueles vários pontos de encontro a juventude compartilha suas frustrações e ansiedades, seja para consolidá-las em formas de organização coletiva que desestabilizam a normas vigentes – num sentido que não é necessariamente progressista, mas que pode se orientar também pela celebração do ódio e da violência” (MENEGOZZO, 2012, s/p).

Segundo o autor, os determinantes econômicos impactam significativamente na vivência juvenil, em seu direito a uma relação experimental com o presente com potencial de renovação cultural da sociedade. Assim, no rol da totalidade de determinantes objetivos da vivência juvenil, tem-se a existência ou não de espaços de vivência, a possibilidade de formação do/a jovem e, particularmente, as condições econômicas.

Isso porque sabemos que existe uma desigualdade na distribuição dos equipamentos e serviços sociais no território que resulta em uma distribuição diferenciada de desenvolvimento, de modo que a vivência juvenil de um/a jovem burguês da cidade é diferenciada daquela vivenciada por um/a jovem pobre do campo, indicando a desigualdade classista na organização territorial do espaço.

Há uma segregação espacial que reflete uma segregação de classes, criando territórios onde é mais ou menos propenso o acesso aos bens e serviço como educação, saúde, lazer, habitação, renda, caracterizando a apropriação do espaço de forma diferenciada em que o campo e seus sujeitos são invisibilizados ou analisados a partir de uma leitura urbana.

Castro (2012) afirma que quando não invisibilizado, o debate acerca dessa juventude é relacionado a temática da “migração”, significando descontinuidade da “vida do campo”, desconsiderando, no entanto, as diversas outras variáveis presentes neste processo como a não aceitação do controle paterno diante da permanência do poderio patriarcal ou escassez de condições objetivas de permanência no campo

Dados do Censo 2010 referem existir cerca de 8 milhões de jovens morando em regiões rurais, havendo uma masculinização dos campos, comprovada por dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Enquanto nos centros urbanos, na faixa etária de 15 a 29 anos, existem 49,1% homens e 50,9% de mulheres, o mesmo não se observa com a população jovem do campo: 53,2% de homens para 46,8% de mulheres nessa faixa etária; sendo que o desequilíbrio é ainda maior na faixa etária de 15 a 17 anos: 55 % e 45%.

No entanto, ao problematizar tais dados pouco se consideram sobre a oferta das políticas sociais no campo para Juventude do Campo e seus impactos no complexo processo da sucessão rural. Existe a compreensão amplamente difundida pelo senso comum de que os jovens do campo são “livres” para optarem pela decisão de ir ou ficar no território rural, mas é essencial que consideremos quais as condições objetivas que subsidiam a permanência no campo e os diversos determinantes que transpassam esta escolha.

A liberdade é a possibilidade de escolha entre opções possíveis, mas na realidade desta juventude percebe-se a presença de um Estado direcionado ao atendimento das demandas de organizações da sociedade civil vinculadas às perspectivas do agronegócio e um acesso a políticas sociais insuficiente para se garantir as condições mínimas de manutenção e reprodução da vida social.

Fato é que esses determinantes no âmbito da configuração do Estado e das forças sociais no campo impactam diretamente nas decisões e formulações dos projetos de vida dessa juventude.

Ademais, a consolidação do agronegócio - como estratégia do capital internacional em articular a agricultura à indústria, visando a promoção da integração campo-cidade pelo incremento técnico, científico e informacional, a partir da década

de 1990 - ocorreu paralela à preocupação em legitimar-se socialmente e ocultar os processos perversos constituídos pelo uso de defensivos agrícolas, manutenção da monocultura, concentração fundiária e trabalho escravo. Diante de tal demanda, houve o fomento no caráter ideológico, na esfera da reprodução do ser social, tendo a necessidade da formulação de políticas sociais que promovessem a difusão da sociabilidade burguesa. Daí a inserção de sujeitos vinculados a esse modelo de desenvolvimento no Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, a criminalização dos movimentos de luta pela terra, a formulação de programas voltados ao empreendedorismo rural, dentre outras iniciativas.

Isso porque o capital reconhece sua impossibilidade de legitimação enquanto modo de produção somente pela produção, tornando-se imprescindível sua interferência no modo de reproduzir dos trabalhadores haja visto que é constituído por elementos objetivos (condições materiais de sobrevivência do trabalhador) e subjetivos (condições referentes a reprodução espiritual: modos de vida, valores, tradições). Diante da necessidade em camuflar a relação de exploração existente no capitalismo e difundir um ideal de sociabilidade favorável à hegemonia do capital, fomentam-se processos culturais que analisam as relações sociais isoladamente, valorizam o consumismo, o individualismo e imposição de padrões estéticos e culturais, de modo a constituir a hegemonia da sociabilidade do capital.

Neste cenário, o agronegócio apropria-se das reivindicações dos/as camponeses/as por políticas sociais como mecanismos de construção de consenso em torno de seu projeto de sociedade.

Considerando a natureza contraditória da política social por sua possibilidade em satisfazer as necessidades humanas paralelamente ao atendimento das demandas do capital, a proteção social insere-se em um espaço de disputa por projetos distintos constituídos por perspectivas conservadoras, antiliberais cujo plano de fundo é a luta de classes.

Pereira-Pereira (2008) considera equivocada a afirmação de que as políticas sociais são recursos exclusivos das classes dominantes, assim como uma significação isenta do contraditório. A autora define que são produto histórico das lutas de classes, possuindo caráter dialético e não permanente, uma vez que se

modificam conforme o movimento da realidade e a correlação de forças, como bem afirma Coutinho (1999),

A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração (COUTINHO, 1999, p. 42)

Mediante esta abordagem, a garantia da cidadania está vinculada aos avanços na luta e efetivação dos direitos sociais, podendo sofrer retrocessos à medida que a correlação de forças políticas e econômicas forem desfavoráveis ao projeto de proteção social crítica e universalizante.

Segundo Behring (2016), a política social e os direitos sociais são pautas político-econômicas dos trabalhadores uma vez que impactam na reprodução da vida social, na forma de benefício e salários indiretos, assim como conseguem impactar verticalmente na distribuição de renda. A autora pondera que

A política social e os direitos não têm a capacidade de emancipar ninguém por si só, não têm uma espécie de natureza “do bem”, mas são certamente campos de correlação de forças entre as classes e seus segmentos, onde há processos de formação da consciência e de disputa de concepção, de cobertura material e pela alocação do fundo público. O campo da política social, especialmente em países que não tiveram pleno emprego, oferece um horizonte limitado, de emancipação política, mas que pode adquirir contornos mais contundentes, tornando-se mediação para a emancipação humana, quando organiza os trabalhadores e suas lutas em torno de uma pauta concreta: saúde pública e gratuita, educação pública e gratuita em todos os níveis, moradia popular de qualidade, transporte com tarifa zero, lazer, envelhecimento digno, com aposentadorias condizentes e solidariedade intergeracional.” (BEHRING, 2016, p.26)

Assim, cabe destacar que a correlação de forças e a luta de classes possui grande potencial para mudança do referido cenário nacional, assim como na conquista de políticas sociais que materializem o acesso aos direitos fomentando um processo de emancipação política. A possibilidade de que as políticas sociais sejam relacionadas a constituição de uma emancipação humana dependerá do protagonismo da classe trabalhadora como classe dirigente da luta social.

O processo de socialização da política e o desenvolvimento da consciência de classe das classes trabalhadoras no campo e na cidade, ocasionando o surgimento de diversos movimentos de reivindicação de direitos, assim como a organização e

fortalecimento político da juventude do campo na busca de políticas sociais que sejam elaboradas e executadas a partir das demandas dos povos do campo, contando com a participação dos mesmos e disponibilizadas nos territórios camponeses. Tem-se a importância de apreensão da realidade brasileira, sua condição de dependência para subsidiar, a partir dos interesses da classe trabalhadora, o conteúdo das políticas sociais.

Reconhecer a condição atual da política social e seus limites é fundamental para explorar dialeticamente suas potencialidades como alavanca do futuro na agenda de uma frente de esquerda, neste momento em que se quer fazer pontes para o passado, no contexto da crise do capital e de seus impactos no Brasil. A esquerda brasileira precisa se reconstruir e reinventar formas de lutas num tempo mais rápido, superar suas panes de criatividade e a fragmentação, para se colocar como alternativa real seja à conciliação de classes, seja à violência do golpismo; para se colocar como alternativa fazendo a crítica do Estado capitalista-neoliberal como gestor da crise do capital. Penso que este processo está em curso, mas o tempo urge, pois a capacidade destrutiva de pessoas e da natureza do capitalismo em reação à sua própria crise é imensa (BEHRING, 2016, p. 27)

E é neste processo de fomentar processos de criticidade que a Assistente Social pode ser uma facilitadora em potencial, haja vista sua dimensão pedagógica e seu direcionamento ético-político por valores emancipatórios. Isso porque embora seja uma profissional liberal, a Assistente Social é trabalhadora assalariada que vende sua força de trabalho mediante uma remuneração e, conseqüentemente, necessita atender demandas do empregador e paralelamente responder a um compromisso ético com seus usuários.

E é neste cenário de disputa ideológica que o Assistente Social é inserido, muito devido seu contato direto com a população e sua dimensão subjetiva. Iamamoto e Carvalho (2008) afirmam que,

(...) o assistente social não trabalha só com coisas materiais. Tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, tem efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p.68)

Abreu (2002) coloca que,

As relações pedagógicas que se estabelecem nessas mediações, concretizam-se sob a forma de ação material e ideológica, nos espaços cotidianos de vida e de trabalho de segmentos das classes subalternas, diretamente envolvidos nos

processos da prática profissional, interferindo na reprodução física e subjetiva desses segmentos e na própria constituição do Serviço Social. Por meio do exercício desta função, a prática do(a) Assistente Social insere-se no campo das atividades que incidem sobre a organização da cultura, constituindo-se elemento da dimensão político-ideológica das relações de hegemonia. (ABREU, 2002, p.17)

Esta dimensão pedagógica do Assistente Social desenvolve-se de acordo com as demandas colocadas ao mesmo e o amadurecimento da categoria sobre seu papel profissional. Durante o processo de Renovação do Serviço Social Brasileiro, particularmente com o amadurecimento da perspectiva de intenção de ruptura em meados dos anos 1970, houve mudanças significativas na configuração da dimensão profissional.

A partir da análise da realidade através de autores de tradição marxista, a profissão vai assumindo um projeto ético-político compromissado com os valores emancipatórios. Deste modo a

construção de uma perspectiva pedagógica emancipatória pelas classes subalternas são entendidas no quadro das condições sócio-históricas e político-ideológicas de elaboração e desenvolvimento de um projeto profissional identificado com os interesses das citadas classes, projeto esse colocado como alternativo ao projeto tradicional conservador. (ABREU, 2002, pág. 128)

Diante deste comprometimento ético-político e considerando, a inserção do Assistente Social junto a iniciativas em prol da defesa do acesso aos direitos sociais pode fomentar processos de reflexão crítica.

Especificamente no trabalho desenvolvido junto aos sujeitos do campo que aqui destacamos, o referido profissional pode contribuir nos processos de fortalecimento do protagonismo juvenil, compreensão da realidade, identificação das demandas e elaboração de estratégias coletivas para materialização dos projetos de vida juvenil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentemente das narrativas transmitidas diariamente nos meios de comunicação, o agro não é pop, nem tech e sequer tudo. Estudo recente da

Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) aponta que apesar do agronegócio ser o setor da economia brasileira que mais exporta e que recebe investimentos estatais, não há contrapartidas sociais na geração de emprego ou produção de alimentos para o mercado interno.

Ao contrário, este modelo de desenvolvimento da economia contribui para a concentração de terra, acentuamento do uso de agrotóxicos e uso de mecanismos de superexploração da força de trabalho. Nesse sentido, aproximadamente 55% da população brasileira não possui a certeza se terá o suficiente para se alimentar no dia seguinte

Essa primazia pelo atendimento aos interesses externos, que perdura desde a colonização/invasão do Brasil e da América Latina, representa a continuidade de um pacto conservador que privilegia as classes dominantes e intensifica a desigualdade e a concentração de riqueza em nossos territórios.

Como Marini (1990) frisa em sua obra, somente uma ruptura estrutural dessas relações de dependência significaria uma mudança qualitativa na condição de vida dos sujeitos. Nesse sentido, problematizar os sentidos da oferta de escassas, ou até inexistentes, políticas sociais destinadas a juventude do campo, a partir da dialética marxista, possibilita a compreensão sobre as intencionalidades dos projetos de campo em disputa, protagonizados pelas classes sociais, e seus impactos no conteúdo e oferta do acesso às políticas sociais, assim como na constituição do território camponês.

Fomentar a reflexão crítica a partir do resgate da formação social brasileira, fortalecer a organização juvenil e incentivar a inserção desses sujeitos nos mais diversos espaços de luta (institucional e não institucional) é de suma importância para a visibilidade da juventude do campo enquanto sujeitos históricos que possuem demandas, desejos e sonhos e que também podem contribuir na constituição de um projeto societário de superação da condição de dependência e garantia da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. M. **Serviço Social e a Organização da Cultura: Perfis Pedagógicos da Prática Profissional**, São Paulo: Cortez, 2002.

ALMEIDA, S. L. F, CARVALHO, J. G., CASTRO, E. G., MARTINS, M., RODRIGUES, M. E. B. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

BEHRING, E. **A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil**. In: SER Social, Brasília, v. 18, n. 38, p. 13-29, jan.-jun./2016

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: Abramo, H. W.; Branco, P. P. M. (org.). **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

CASTRO, E. G. Juventude do campo. In: CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

COUTINHO, C. N. **Notas sobre cidadania e modernidade**. In: Perspectiva, São Paulo, n. 22, p. 41-59, 1999. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1994/05/20.pdf>. Acesso em: 28 de jul. 2021.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R.; **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2005

MENEGOZZO, C. H. [Juventude e socialismo: questões fundamentais](#). Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/node/8676>>. Acesso em 15 de out. 2012.

MARINI, R. M. **A Dialética da Dependência**. Editora Era, México, 1990, 10a ed (1ª edição, 1973). 48p

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979, cap. 2, 1979.

PEREIRA-PEREIRA, P. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PRADO Jr., C. **Sentidos da colonização**. In, Formação do Brasil Contemporâneo, RJ/Companhia das letras, 2011.

STÉDILE, J. P. Tendências do capital na agricultura. In: STÉDILE, J. P (org.) **Questão agrária 7: O debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.